

***Gestão da paisagem cultural como recurso turístico:
Do reconhecimento de paisagens agro-pastoris excepcionais à sua integração
sustentável em produtos turísticos.***

*Managing cultural landscape as a tourism resource:
from the recognition of exceptional agro-pastoral landscapes to a sustainable
integration in tourism products.*

Andreia Pereira, Dr.
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Largo da Porta Férrea, 3004-530 Coimbra, Portugal
+351914255352, andreiaflup@gmail.com

Doutoranda em Geografia pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, usufruindo de bolsa de investigação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), no âmbito da qual se encontra a concluir a tese “Unidades de paisagem cultural nas serras do Noroeste Português: um modelo de classificação, um instrumento de gestão.” Na qualidade de investigadora do Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) tem publicado diversos trabalhos científicos subordinados às temáticas da gestão da paisagem cultural, da paisagem enquanto recurso de desenvolvimento e da paisagem enquanto conceito operacional para o desenvolvimento do território.

António de Sousa Pedrosa, Prof. Doutor
Instituto de Geografia – UFU Campus Santa Mônica - Bloco 1H
Av. João Naves de Ávila, 2121 - Bairro Santa Mônica
Uberlândia - MG - CEP 38400-902
+553432106750, aspedros@gmail.com

Doutorado em Geografia Física pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1993), tendo sido professor nesta instituição até Julho de 2013. Atualmente é Professor na Universidade Federal de Uberlândia (Brasil). É investigador do Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território CEGOT, no âmbito do qual tem publicado diversos trabalhos científicos relacionados com paisagem cultural e desenvolvimento territorial, em revistas da especialidade, capítulos de livros e em atas de congressos nacionais e internacionais.

Abstract

This is the time to face the challenge of persecuting the principles and goals for cultural landscape preservation established in the international forums. In the case of traditional rural landscapes, this need is widely recognized given the increased risk of loss of environmental and cultural heritage. Regional and sectoral planning, as well as land management instruments as shown to not be able to cope with the socio-economic changes that are leading to the disruption of the dynamic balance of landscape systems.

There is also a window of opportunity that must be explored: the conjunction of the global recognition of the importance of landscape quality, with the focus on multifunctionality, and the promising growth prospects of nature tourism and cultural and landscape touring.

The definition of areas of high landscape value at a regional scale, electing the watershed as an integrative framework, is an extremely useful tool for the management of the landscape mosaic, as well as for its sustainable use as a core tourism resource. This operational concept promotes the recognition of the uniqueness and representativeness of the selected areas and the assessment of the risk of loss induced by the landscape degradation. The ultimate purpose is the adoption of programs of active management of the selected areas, considering its various dimensions, functions and services.

This methodology is essayed in the watershed of river Lima (north-western Portugal): a predominantly rural territory, marked by an ancient and intense human occupation, where the prevalence of farming and cattle raising techniques throughout centuries played a key-role in landscape shaping.

Key words: Cultural landscape; tourism products, land planning, territory management.

Resumo

Este é o momento para enfrentar o desafio de implementar os princípios e metas para a preservação da paisagem cultural estabelecidos nos fóruns internacionais. No caso das paisagens rurais tradicionais, esta necessidade é amplamente reconhecida devido ao incremento do risco de perda do património cultural e ambiental. O planeamento regional e sectorial, bem como os instrumentos de gestão territorial, têm revelado não conseguir lidar com as mudanças socioeconómicas que induzem a ruptura do equilíbrio dinâmico de sistema da paisagem.

A conjugação de um conjunto de processos abriu uma janela de oportunidade que deve ser explorada: ao reconhecimento global da importância da qualidade da paisagem, com o foco na multifuncionalidade, somam-se as auspiciosas perspectivas de crescimento do turismo de natureza e do turismo cultural e paisagístico.

A definição de áreas de alto valor paisagístico à escala regional, elegendo a bacia hidrográfica como um quadro integrador, é uma ferramenta extremamente útil para a gestão da paisagem, bem como para a sua utilização sustentável enquanto recurso turístico. Este conceito operacional promove o reconhecimento da singularidade e representatividade das áreas seleccionadas e do risco de perda induzido pela degradação da paisagem. O objectivo final é a adopção de programas de gestão activa das áreas seleccionadas, considerando as suas diversas dimensões, funções e serviços.

Esta metodologia é ensaiada na bacia hidrográfica do rio Lima (Noroeste de Portugal): um território predominantemente rural, marcado por uma ancestral e intensa ocupação humana, onde a prevalência das técnicas agro-pastoris ao longo dos séculos desempenhou um papel-chave na modelação da paisagem.

Palavras-chave: Paisagem cultural; produtos turísticos, do ordenamento do território, gestão do território.

1. Reflexão introdutória

A gestão da paisagem ocorre no quadro da complexa inter-relação entre políticas territoriais e sectoriais, designadamente as políticas ambiental, agrícola, económica, social, cultural e de desenvolvimento regional. A sua integração no planeamento e ordenamento do território exige a conjugação da administração enquanto recurso, numa perspectiva multifuncional, com os objectivos de preservação do património natural e cultural.

O turismo, particularmente os produtos baseados na natureza e o *touring* cultural e paisagístico, tem contribuído para a mercantilização da paisagem, transformada num bem de consumo massificado, que agrega capital ambiental, cultural, cénico, sensorial e simbólico. Como sustentam Daugstada, K. Rønningena, K. & Skarb, B. (2006, p. 70): *“O turismo é fundamental para a discussão da mercantilização do património cultural. Consideramos que, no seu núcleo, parte substancial do debate sobre a multifuncionalidade [das paisagens rurais] consiste em mercantilizar bens agrícolas coletivos para fins de desenvolvimento rural...”*.

As relações entre turismo e paisagem geram, simultaneamente, oportunidades e tensões. Se o turismo adiciona valor económico à paisagem e lhe confere maior visibilidade e reconhecimento pelos actores políticos e socioeconómicos, reforçando, desse modo, os argumentos e a mobilização em prol da sua protecção; não podemos esquecer que nem sempre se encontra assegurada a sustentabilidade das paisagens turísticas, frequentemente ameaçadas por pressões várias e cargas excessivas ou alvo de tendências *‘cristalizantes’*, que não se coadunam com as dinâmicas ambientais e antrópicas que imprimem os ritmos de mudança da paisagem.

A crescente apropriação da paisagem cultural enquanto recurso turístico torna cada vez mais premente a necessidade de aprofundar o seu conhecimento, compreender, monitorizar e orientar os processos de mudança, bem como de concretizar a sua integração, efectiva e consequente, nos instrumentos de gestão territorial a diversas escalas.

A mais recente edição do relatório *Tourism Highlights* (OMT/UNWTO, 2012), da responsabilidade da Organização Mundial do Turismo, declarou que, em 2011, não obstante a crise económica, “a Europa [...] era a região que evidenciava um mais rápido crescimento do sector turístico à escala mundial”. Estes auspiciosos indicadores levam-nos a equacionar se o turismo, quando devidamente integrado com as políticas de desenvolvimento local, poderá ser mais do que uma panaceia para o estímulo de economias estagnadas, diversificando as fontes de rendimento das populações e gerando vantajosas sinergias com outras actividades económicas, designadamente aquelas que se alicerçam no conhecimento tradicional, no saber-fazer local e nos produtos endógenos. Em territórios marcados pela prevalência de espaços naturais e agro-silvo-pastoris, conjugados em paisagens culturais excepcionais, o turismo de natureza e o *touring* cultural e paisagístico podem operar enquanto motores da sustentabilidade dos sistemas eco-sociológicos de que estas dependem.

O caso de estudo seleccionado, a bacia terminal do rio Lima, localizada no Noroeste de Portugal, figura como um exemplo paradigmático de um complexo e frágil mosaico paisagístico, cuja preservação depende da sobrevivência, renovação e adaptação competitiva dos sistemas agro-pastoris tradicionais que asseguram a manutenção das actividades necessárias ao equilíbrio dinâmico dos processos ambientais.

Alertando para o risco de desaparecimento da paisagem minhota, Martins (2012, p.8) denuncia a “*redução (efectiva e latente) da paisagem tradicional pelo abandono,*

numa extensão dos «mortórios», pelo avanço da urbanização ou pelas mudanças nos processos de cultivo e nas culturas tradicionais, entre as quais se conta a vinha, aniquilando e apagando da memória uma componente essencial da «personalidade» do Minho.”

Consequentemente, revela-se indispensável encontrar alternativas que contribuam para a viabilidade económica destas comunidades e das paisagens culturais que delas dependem, sendo o desenvolvimento de produtos turísticos ancorados nas especificidades locais uma componente relevante da estratégia de valorização territorial.

A paisagem cultural dos espaços rurais tradicionais da bacia terminal do rio Lima constitui o factor mais decisivo do seu potencial turístico, influenciando sobre a sua competitividade. No âmbito da definição de uma estratégia de desenvolvimento para este território, é indispensável reflectir sobre o conceito de paisagem cultural, os critérios da definição e delimitação de unidades de paisagem e como este património poderá ser melhor rentabilizado enquanto recurso turístico.

O presente trabalho visa não só para aprofundar o conhecimento sobre o mosaico paisagístico da bacia terminal do rio Lima, mas, de igual modo, contribuir para a identificação e reconhecimento de áreas de excepcional valor, representativas do conjunto da paisagem cultural deste espaço, as quais constituem peças chave na estratégia turística do território em análise.

1.1. A paisagem cultural enquanto ativo turístico

1.1.1. Gestão da paisagem: o momento da ação

Ao reconhecimento do valor patrimonial das paisagens culturais desde o último quartel do século XX, seguiu-se o desafio da sua gestão, tendo em vista conciliar as metas de preservação, valorização e sustentabilidade.

Somente em 1992 a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – define os princípios operacionais para a inclusão das paisagens culturais na Lista do Património Mundial. Deste modo, a *Convenção para a Proteção do Património Mundial* (Unesco, 1972) constitui-se como o primeiro instrumento legal de âmbito internacional a reconhecer e a defender a proteção das *Paisagens Culturais*. De acordo com este documento, as paisagens culturais traduzem a evolução das sociedades humanas e da ocupação e apropriação do meio físico ao longo dos tempos, sob a influência de condicionantes e/ou oportunidades estabelecidas pelo ambiente natural e pelas sucessivas forças sociais, económicas e culturais, de ordem interna ou externa. As características inerentes às paisagens culturais, entendidas como evolutivas e vivas, obrigam à adopção de estratégias de gestão activa.

A atenção crescente direccionada para a gestão das paisagens culturais revela a necessidade premente de actuar em prol da preservação de valores patrimoniais ameaçados face à rapidez das mudanças socioeconómicas com impacto directo sobre os sistemas de paisagem tradicionais. São conhecidos os processos responsáveis pelo incremento do risco de perda do património ambiental, histórico, cultural e paisagístico associado aos sistemas agro-pastoris tradicionais, risco este agravado pela irreversibilidade da degradação paisagística uma vez concretizada. Impõe-se, por isso, a visão prospectiva de alternativas funcionais para estes territórios, identificando-se a aposta no sector turístico como uma oportunidade real e em expansão.

O turismo de natureza é um dos mercados com um ritmo de crescimento mais célere, possuindo uma taxa de crescimento anual entre os 10 e os 12%. (Tangeland & Aas, 2011; Fredman & Tyrväinen, 2010). Previamente à crise económica que se manifestou na segunda metade do ano de 2008, o turismo de natureza na Europa tinha alcançado um crescimento sustentado. No caso português, o nível de desenvolvimento

do turismo de natureza em 2008 apontava para uma taxa de crescimento anual de 9%, num cenário de 10 anos (AEP, 2008). Considerando as tendências da procura internacional o *Plano Estratégico Nacional para o Turismo 2006 – 2015* (Turismo de Portugal, 2007) indica, para a região Porto e Norte de Portugal, na qual a nossa área de estudo se insere, o *Touring* e o Turismo de Natureza enquanto produtos com potencial para catalisar o crescimento turístico a curto prazo.

Por outro lado, assiste-se ao reforço do reconhecimento internacional da importância da qualidade paisagística, paralelamente ao crescente enfoque na multifuncionalidade da paisagem.

Portugal assina, a 20 de Outubro do ano 2000, a Convenção Europeia da Paisagem, comprometendo-se, de acordo com o artigo 5.º, alínea b), a “*Estabelecer e aplicar políticas da paisagem visando a protecção, gestão e ordenamento da paisagem através da adopção das medidas específicas estabelecidas no Artigo 6º*”; bem como, conforme consignado na alínea d), a “*Integrar a paisagem nas suas políticas de ordenamento do território e de urbanismo, e nas suas políticas cultural, ambiental, agrícola, social e económica, bem como em quaisquer outras políticas com eventual impacte directo ou indirecto na paisagem.*”

Múltiplos esforços têm sido, desde então, envidados nesse sentido. Entre as acções já concretizadas gostaríamos de realçar a conclusão, no ano de 2004, do primeiro estudo para a identificação e a caracterização da paisagem em Portugal Continental (Cancela d’Abreu, Pinto-Correia & Oliveira, 2004), realizado pela Universidade de Évora, a pedido da Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU).

É igualmente de assinalar a relevância conferida à paisagem no Programa de Ação do *Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território* (PNPOT)ⁱ, aprovado em 2007, o qual aponta como primeiro objetivo estratégico: “*Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos, e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos*”. Atente-se ainda que o objetivo específico 1.10 elege como medida prioritária a elaboração de um “*Programa Nacional de Recuperação e Valorização das Paisagens, implementando a Convenção Europeia da Paisagem e desenvolvendo uma Política Nacional de Arquitectura e da Paisagem, articulando-a com as políticas de ordenamento do território, no sentido de promover e incentivar a qualidade da arquitectura e da paisagem, tanto no meio urbano como rural*”.

O Relatórioⁱⁱ do PNPOT entende a paisagem como “*um recurso, com valor intrínseco e de usufruto para todos aqueles que habitam ou visitam os territórios*”. Afirmado que esta constitui “*uma mais-valia que, associada a formas de turismo e lazer, pode constituir um motor de desenvolvimento, nomeadamente, em áreas remotas mais sujeitas à depressão demográfica e económica*”.

No ano de 2011, o documento “*A Paisagem na Revisão dos PDM. Orientações para a implementação da Convenção Europeia da Paisagem*”, editado pela Direcção Geral de Ordenamento do Território e Urbanismo (DGOTDU), vem dar resposta à necessidade definir o processo de operacionalização da Convenção Europeia da Paisagem, nomeadamente ao nível da integração dos suas premissas e objectivos nos instrumentos de gestão territorial, neste caso concreto ao nível dos planos directores municipais. A este respeito, refere que “*As questões da paisagem só excepcionalmente foram objecto de adequada consideração na anterior geração de planos directores municipais (PDM), elaborados ao longo da década de 90 do século passado. Temos*

agora a oportunidade de introduzir essa dimensão nos novos planos, que resultarão dos procedimentos de revisão em curso e que irão orientar o desenvolvimento do nosso território ao longo da próxima década.” (Oliveira, Cancela d’Abreu, Botelho & Afonso, 2011, p8). Reconhece ainda as mais-valias decorrentes da associação do estudo da paisagem ao do território, assumindo que esta abordagem integrada “permite um conhecimento mais aprofundado da dimensão sócio-cultural e do modo como cada actor se posiciona quanto a interesses, necessidades, expectativas e como estabelece uma relação de identidade com esse mesmo território”. (Oliveira, et al., 2011, p12).

2. Apontamento metodológico.

A bacia hidrográfica releva-se um quadro territorial especialmente adequado à interpretação e gestão das paisagens culturais. Esta unidade geossistémica, amplamente utilizada nos estudos hidrológicos e geomorfológicos, foi gradualmente reconhecida como o complexo espacial adequado à gestão ambiental integrada (Downs, Gregory & Brookes, 1991; Margerum, 1995) e à gestão de riscos naturais (Rebelo, 2003).

A leitura geossistémica da paisagem beneficia do seu enquadramento no contexto da bacia hidrográfica: base territorial simultaneamente apta ao desenvolvimento da narrativa da história ambiental e dos processos culturais, socioeconómicos e políticos (Lima, 2005).

Saliente-se que a estrutura geomorfológica de uma bacia propicia a diversificação de unidades de paisagem e de formas de ocupação humana, surgindo o rio ou o vale, como elemento transversal, unificador e de comunicação. Deste modo, não obstante a variabilidade dos fatores naturais condicionantes da ocupação humana no quadro de uma bacia hidrográfica, esta emerge como contexto especialmente útil à

compreensão dos processos de construção da paisagem humanizada, bem como à interpretação dos contrastes inerentes ao mosaico paisagístico.

Os condicionantes climáticos, geomorfológicos, edáficos e os fatores de acessibilidade natural determinaram, em diferentes momentos históricos, as opções locativas, os modelos de povoamento, os sistemas produtivos e as relações de poder sobre o espaço. A compreensão das paisagens culturais à escala da bacia hidrográfica carece da identificação dos fatores de identidade e coesão/diversidade, de ordem, natural, histórica, cultural, que se revelam neste quadro geográfico.

A definição de uma metodologia de identificação e delimitação de unidades de paisagem cultural terá, necessariamente, de partir da sua definição, adoptando-se, no âmbito deste trabalho, o conceito defendido por Pinto-Correia (2001), correspondendo a *“áreas com características relativamente homogéneas no seu interior, não por serem exactamente iguais em toda a área, mas por terem um padrão específico que se repete e que diferencia a unidade em causa das envolventes. Os factores determinantes para a especificidade da paisagem numa unidade não são sempre os mesmos: podem ser as formas do relevo, a altitude, o uso do solo, a urbanização, várias combinações entre estes factores, etc.”*. Procuramos ainda uma aproximação ao método seguido pelos organismos *Natural England* e *Scottish Natural Heritage* na classificação das unidades de paisagem na Inglaterra e na Escócia. A metodologia *“Landscape Character Assessment”* pretende constituir-se como um instrumento útil à compreensão do “carácter” da paisagem (Swanwick, 2002): padrão distinto e reconhecível de elementos que ocorre de forma consistente e sistemática, num determinado tipo de paisagem..

A cartografia dos principais níveis de organização da paisagem da bacia terminal do rio Lima, apresentado na figura 1, foi baseada na correlação ponderada entre a

altitude, litologia, declive e uso do solo, seguindo uma metodologia semelhante à apresentada em Batista, et al. (2011).

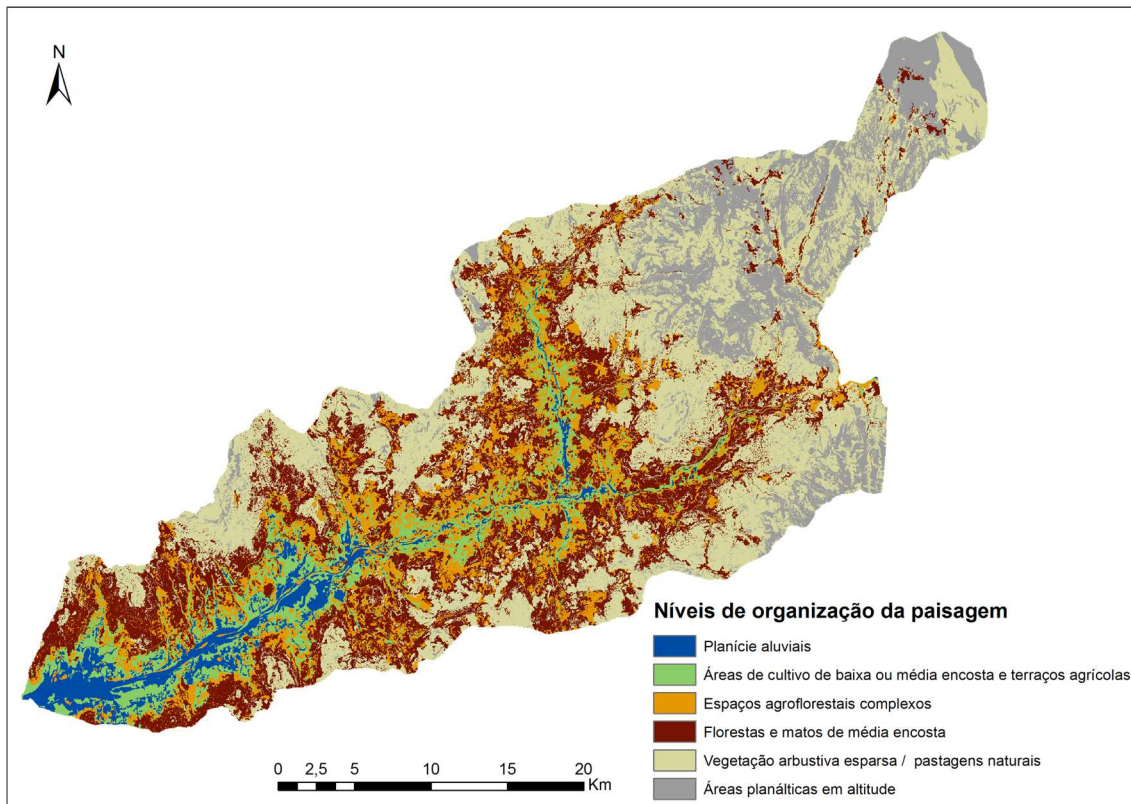


Figura 1 – Níveis de organização da paisagem da bacia terminal do rio Lima.

Fonte: Elaboração própria.

O mapa resultante permite-nos identificar seis níveis de organização da paisagem da bacia terminal do rio Lima, expressando a relação entre o uso do solo e o suporte biofísico: a) planícies aluviais, correspondendo a áreas de declives suaves com predomínio de culturas anuais de regadio; b) áreas de cultivo de baixa ou média encosta e terraços agrícolas; c) espaços agroflorestais complexos; d) florestas e matos de média encosta; e) vegetação arbustiva esparsa, correspondendo frequentemente a pastagens naturais ou seminaturais, f) áreas planálticas em altitude, com cobertura vegetal escassa ou inexistente.

3. Áreas de elevado valor paisagístico: um conceito operacional para a gestão de mosaicos complexos de paisagem cultural

A recomendação do Comité dos Ministros aos Estados-Membros do Conselho da Europa sobre as orientações para a implementação da Convenção (Conselho da Europa, 2008) defende que o território deve ser entendido e considerado como um todo, enfatizando que a convenção se aplica quer a áreas naturais, rurais, urbanas e peri-urbanas, sendo os seus objectivos igualmente válidos nas paisagens excepcionais, quotidianas ou degradadas.

O conceito operacional de áreas de elevado valor paisagístico poderá, numa primeira leitura, não estar em conformidade com os princípios inscritos na Convenção e orientações para a sua aplicação. Não obstante, uma reflexão mais profunda, demonstra a inexistência de qualquer inadequação ou desconformidade com a Convenção.

Note-se, em primeiro lugar, que o desenvolvimento deste conceito atende a uma necessidade concreta – o melhor aproveitamento do potencial turístico de uma determinada paisagem cultural – e concorre para um objectivo assumido – promover a sustentabilidade e a preservação de áreas cujas características íntricas e grau de conservação actual se traduzem num elevado valor patrimonial e identitário e lhes conferem um carácter de excelência e excepcionalidade. Estas áreas, seleccionadas e delimitadas em função da sua representatividade do mosaico paisagístico mais amplo em que se inserem, possuem um potencial acrescido enquanto recurso de desenvolvimento. O conceito de áreas de elevado valor paisagístico pretende refletir uma opção de gestão e valorização do território alicerçada no reconhecimento da singularidade e representatividade do conjunto das áreas seleccionadas e na análise do risco de perda induzido pela degradação paisagística, ambicionando fomentar a assumpção de um compromisso regional de adopção de programas de gestão ativa dos espaços-alvo.

As áreas seleccionadas são apresentadas na figura 2, sendo patente a inclusão de áreas com diversificado enquadramento morfológico na bacia, bem como com a representação de padrões distintos de uso do solo.

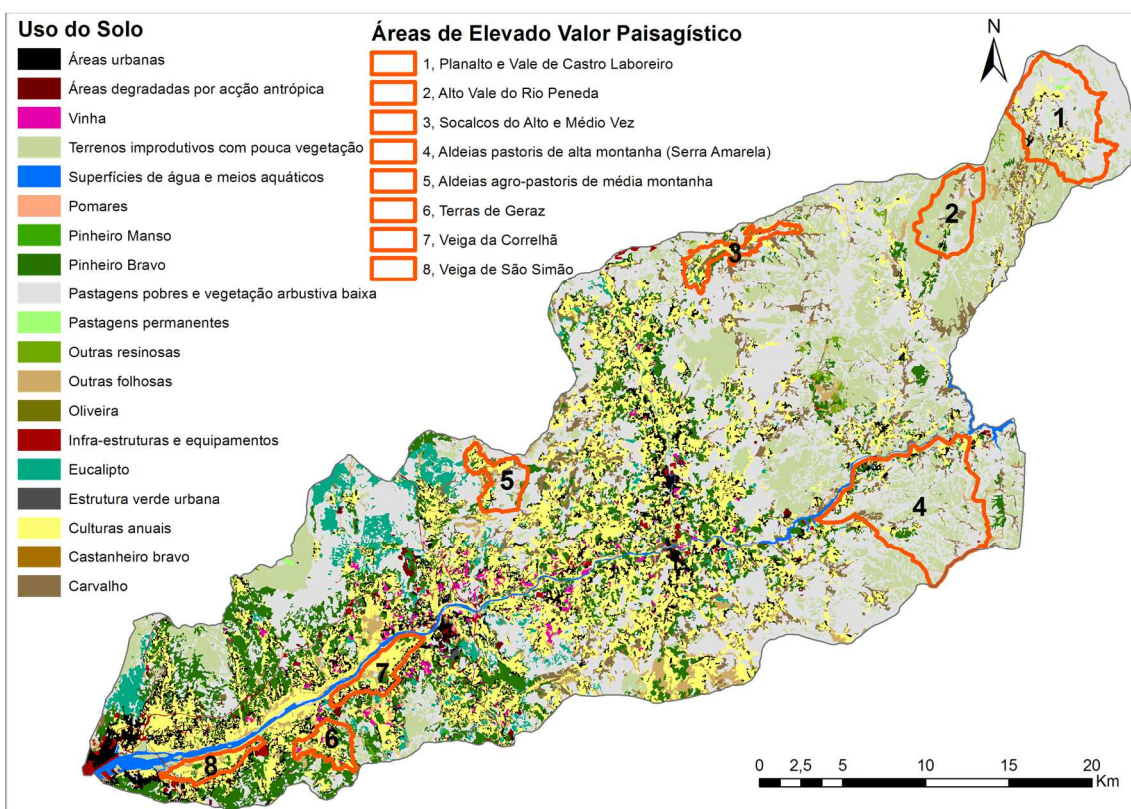


Figura 2 – Implantação das áreas de elevado valor paisagístico na bacia terminal do rio Lima, em relação com a cartografia de ocupação do solo em 2006.

Fonte: Carta de Ocupação do Solo, Instituto Politécnico de Viana do Castelo, 2006.

4. Apresentação da área de estudo: a bacia terminal do rio Lima

4.1. Breve apresentação das unidades de paisagem cultural da bacia terminal do rio Lima

Quatro grandes vectores definem, global e historicamente a organização da paisagem do Alto Minho: a oposição ribeira / serra, decorrente da estrutura regional do relevo, uma matriz agro-silvo-pastoril multissecular, um padrão de povoamento disperso, onde apenas sobressaem centralidades urbanas de média escala, e o forte parcelamento da propriedade rústica, seja agrária, seja florestal.

Nesta macro unidade paisagística, individualizada à escala nacional como o “Entre - Minho e Lima”, no âmbito da classificação proposta por Cancela d’Abreu, Pinto-Correia & Oliveira (2004), enquadra-se a bacia terminal do rio Lima, integrando-se sensivelmente nos concelhos de Ponte da Barca, Arcos de Valdevez, Ponte de Lima e Viana do Castelo.

A compreensão da paisagem cultural da bacia terminal do rio Lima tem forçosamente de recuar à revolução agrícola do Neolítico, momento decisivo para a transformação da paisagem no Noroeste Português, principiando pela profunda alteração da paisagem vegetal. No Neolítico tardio (IV milénio a.C. – III milénio a.C.), os planaltos graníticos são as áreas preferencialmente escolhidas para o desenvolvimento da agricultura, determinando que o recuo da floresta ocorra das áreas planálticas para os fundos de vale. A ocupação neolítica da bacia terminal do rio Lima oferece-nos uma perspectiva das primeiras manifestações de monumentalização da paisagem, como forma de demarcação do território pelas comunidades humanas que aí habitavam.

São, igualmente, abundantes os vestígios humanos inventariados que se inserem no Calcolítico e Bronze Inicial/Médio. *“Estes correspondem a diversas formas de domesticação do espaço, materializadas por povoados, túmulos e santuários rupestres, não raro, conectáveis, espacialmente, com os povoados. De uma forma geral a distribuição geográfica destes achados revela uma aproximação às terras baixas de vale, principalmente durante o Bronze Inicial/Médio”* (Bettencourt, et al., 2003).

Com a chegada da Cultura Castreja, que encontra as suas raízes no Bronze Final, consolidando-se ao longo da Idade do Ferro, este quadro modifica-se completamente. Os primeiros séculos do I milénio a.C. constituem um período de completa mutação da paisagem agro-silvo-pastoril. A ocupação de fundo de vale e meia-encosta típica das

comunidades agrícolas do Bronze Final desaparece para dar lugar a uma lógica de povoamento concentrado, de cariz defensivo. Almeida (1996) identifica 31 castros na bacia terminal do rio Lima, sendo esta a bacia que apresenta o maior número de vestígios castrejos na região compreendida entre o Cávado e o Minho.

Segundo Sampaio (1979), a ocupação castreja terá sido determinante para organização dos espaços serranos no Entre-Douro-e-Minho, sendo responsável pela consolidação dos sistemas agro-pastoris de montanha. O desenvolvimento da agricultura e da pastorícia processa-se neste período nas áreas de maior altitude, implicando o avanço do desmatamento através das queimadas.

A importância dos povoados fortificados persiste durante as invasões romanas do século II a.C., verificando-se frequentemente a continuidade da sua ocupação, em paralelo com o desenvolvimento do povoamento romano, o qual se instala nas áreas de vale. A romanização do Noroeste Peninsular traduziu-se numa profunda transformação da organização territorial, com a criação de uma rede de *villae* e casais agrícolas, encetando a configuração de um modelo de povoamento disperso que virá a consolidar-se durante a presúria da reconquista cristã e a criação dos domínios senhoriais na Idade Média.

Baseada nesta matriz, a paisagem agro-silvo-pastoril será posteriormente influenciada pela reorganização político-administrativa suévica e medieva, sobretudo no que concerne às implicações dos diferentes sistemas de propriedade e transmissão da terra sobre a estrutura fundiária.

Neste esboço dos processos mais marcantes de construção da paisagem cultural da área em estudo, não poderíamos negligenciar a revolução agrária resultante da introdução do milho maiz.

4.2. Caracterização das áreas de elevado valor paisagístico selecionadas

4.2.1. Planalto e vale de Castro Laboreiro

O planalto e vale de Castro Laboreiro, integrado no Parque Nacional Peneda Gerês e na Rede Natura 2000, destaca-se pela singularidade de uma paisagem em que a altitude possui uma influência determinante. A altitude, ao interferir no comportamento da temperatura, condiciona, nomeadamente, o tipo de solos, que se apresentam pouco desenvolvidos e com características de turfeiras, e as características das próprias comunidades vegetais. Por esse motivo, predominam os matos, a vegetação arbustiva e as pastagens (51,04%), com forte representatividade das áreas improdutivas com escasso coberto vegetal (31,09%). A floresta possui uma reduzida extensão, restrita aos solos mais profundos que bordejam os poucos campos agrícolas situados no fundo dos vales. Estas áreas agrícolas correspondem, na sua maioria, a lameiros associados à prática da rega de lima ou a pequenas áreas de culturas de sequeiro, entre as quais se destaca o centeio. A evolução da ocupação do solo, realizada neste estudo com base na análise comparativa das Cartas de Uso e Ocupação do Solo para Portugal Continental de 1990 e 2007 (IGP), evidencia a redução da área agrícola e da área florestal, o que se traduziu no aumento dos matos, vegetação arbustiva e pastagens e das áreas improdutivas com escasso coberto vegetal, tendência que se relaciona, indubitavelmente, com o elevado número de incêndios, com períodos de retorno cada vez mais curtos.

Este tipo de ocupação é reflexo de um agro-pastorícia ancestral, cujas reminiscências se mantêm na atualidade, ainda que de uma forma mais atenuada já que os rebanhos de ovinos e caprinos têm vindo sistematicamente a diminuir. Porém, foi e é em função desta economia agro-pastoril de montanha que a paisagem do planalto e vale de Castro Laboreiro se organiza, adquirindo características únicas que se perpetuaram até

aos nossos dias. A sua prevalência demonstra que estas atividades e práticas ancestrais constituem uma das formas de manutenção da frágil sustentabilidade destes territórios condicionados por solos pobres e condições climáticas adversas, entre as quais se salientam as baixas temperaturas nos meses de Inverno.

Por outro lado, teremos de realizar um sumário apontamento sobre a longa história de ocupação deste território, testemunhada pelos muitos vestígios histórico-arqueológicos. De realçar a importância de diversos monumentos megalíticos que atestam a antiguidade da ocupação humana, mas também de elementos mais recentes que comprovam a continuidade da mesma. Cite-se, a título de exemplo, o Castelo de Castro Laboreiro, classificado como monumento nacional e, ainda, diversas pontes e igrejas medievais. É igualmente imprescindível uma breve referência ao património vernacularⁱⁱⁱ, de que podemos salientar a tipologia arquitectónica tradicional de algumas das habitações das aldeias e a própria configuração dos aglomerados rurais, bem como construções de uso frequentemente comunitário, como sejam as eiras, os moinhos ou os fornos. Testemunhando os ciclos anuais das comunidades agro-pastoris de montanha, persistem as brandas e inverneiras, abrigos dos pastores que praticavam a transumância. Deslocava-se gado de Castela e da Galiza para pastorear na serra de Castro Laboreiro (Trindade, 1995).

4.2.2. Alto vale do rio Peneda

A singularidade do alto vale do rio Peneda, inserido na freguesia da Gavieira e integrado no Parque Nacional Peneda Gerês e na Rede Natura 2000, relaciona-se com expressão morfológica do encaixe deste vale, explicada pela existência de uma importante falha de direção NNW-SSE (tardi-hercínica), aproveitada pelo curso de água. As características de ordem natural constituem, deste modo, o principal fundamento para elegermos esta área como um espaço de elevado valor paisagístico.

Note-se que a evolução deste vale não ocorreu apenas em resultado da dinâmica fluvial, uma vez que se encontram documentados e estudados diversos vestígios glaciares e periglaciares. Em determinado período da sua história geomorfológica o vale foi ocupado por um glaciar (Coudé-Gaussen, 1978, 1979, 1981), como é comprovado pelos indícios de moreiras de fundo de vale e laterais. Ao mesmo tempo que o glaciar modelava o vale, ocorreriam processos de tipo periglacial, responsáveis pela evolução das vertentes escarpadas e desprovidas de solo e vegetação, cujos vestígios atuais se encontram em depósitos de vertente localizados na base das mesmas. Deste modo, este vale demonstra uma evolução geomorfológica complexa, a qual lhe confere um elevado interesse para a condução de trabalhos científicos futuros. Constata-se a existência de um importante património geomorfológico de que podemos especificar: o vale de fratura do rio Peneda, os vestígios glaciares, os vestígios periglaciares e o batólito (domo) granítico da Peneda.

Os fortes declives que predominam nesta área condicionam o desenvolvimento dos solos, levando à existência de vastas áreas improdutivas com escasso coberto vegetal (61,12%), verificando-se o seu crescimento entre 1990 e 2007. É igualmente relevante a área de matos, vegetação arbustiva e pastagens, ocupando cerca de um quarto deste território. O espaço florestal é diminuto, ainda que em expansão entre 1990 e 2007 localizando-se, fundamentalmente, nas áreas de base das vertentes, onde ocorrem solos mais desenvolvidos, relacionados com a existência de depósitos de vertente. As áreas agrícolas possuem reduzida expressão, emergindo a agro-pastorícia como actividade tradicional primária, mas com importância decrescente.

Talvez pela imponentia dos elementos naturais que compõem este vale, este revelou-se atractivo à fixação de cultos e construção de estruturas religiosas. Fleckeler (1999) chama a atenção para o impacto paisagístico dos cultos de montanha quando

associados à edificação de capelas, cruzeiros, túmulos ou mosteiros. O binômio religião e paisagem traduz-se na sacralização do espaço e na incrustação dos lugares de culto na paisagem natural (Cooney, 1994), materializados, neste caso, no Santuário da Senhora da Peneda e no Mosteiro de S. Bento do Cando.

Finalmente, e á semelhança do planalto e vale de Castro Laboreiro, encontramos um sistema de brandas e inverneiras, reflexo do sistema agro-pastoril associado à transumância que se desenvolveu durante séculos nas serras do Norte e Centro de Portugal.

4.2.3. Socalcos do Alto e Médio Vez

Os socalcos são uma marca recorrente e impressionante nas paisagens agrícolas. Encontram-se disseminados por todos os continentes e estão presentes nas mais diversas civilizações e culturas. Evidências indiretas apontam para a identificação dos primeiros socalcos agrícolas na Europa Ocidental durante o Bronze Antigo, no Egeu, remontando assim a cerca de 3.000 a. C.

A sua antiguidade e a inegável importância que possuem na modelação da fisionomia do território, sobretudo em áreas de montanha, tornam obrigatório o estudo dos socalcos no âmbito da compreensão dos processos de construção das paisagens culturais associados a áreas agrícolas.

Os socalcos agrícolas são estruturas que contrariam a natureza dos declives e permitem ao homem desenvolver as atividades agrícolas nos locais mais inóspitos. Ao mesmo tempo, através da permeabilização do solo previnem o desencadeamento de riscos naturais, como os movimentos de terra (Lourenço (coord), 2006).

Os geios ou socalcos representam um património cultural de valor inegável das paisagens de montanha do Norte de Portugal, construídos pelas mãos dos camponeses através de grande esforço e cultiváveis somente "à enxada", não apenas pela exiguidade

que alguns exibem, mas também pela dificuldade de acesso a tractores e outra maquinaria agrícola (Leitão, 2011).

O espaço agrário nas áreas de socalcos caracteriza-se pela fragmentação em pequenas parcelas, dedicadas, na sua maioria, a uma policultura de subsistência com escassa orientação comercial. A maior parte destas estruturas está dedicada ao cultivo de produtos hortícolas, vinha em enforcado ou em arjoada, ou ainda árvores de fruto, existindo cada vez mais parcelas agrícolas abandonadas.

É importante salientar que os socalcos possuem dois desempenhos distintos em função da época do ano. Durante a Primavera e Verão são utilizados, fundamentalmente para a produção de cereais e produtos hortícolas, base da agricultura tradicional de subsistência, enquanto no Inverno se destinam fundamentalmente à produção de forragens com o objetivo de criação de gado, seja bovino, caprino ou ovino.

Os socalcos do alto e médio Vez, área classificada parcialmente na Rede Natura 2000 e integrada nas freguesias de Cabreiro, Sistelo e Merufe, reflectem um processo de construção e manutenção multiseccular, dando forma a uma paisagem cultural singular, com inegável valor patrimonial.

Para além deste património paisagístico e cultural que é o monumental complexo de socalcos e muros de suporte existente nesta área, podemos ainda salientar outro tipo de patrimónios, de ordem geomorfológica, relacionado com o encaixe tectónico do vale do rio Vez; histórica como a ponte romana ou a Casa do Castelo do Visconde de Sistelo, ou ainda o património vernacular, onde podemos inserir as aldeias tradicionais, os espigueiros, as brandas de Rio Covo, em Sistelo, e as brandas do Alhal, no Padrão, e da Cerradinha.

A ocupação do solo desta unidade reflete a importância que a atividade agrícola possui, a qual representa 31,6% da área total, seguindo-se-lhe a floresta com 30,04%.

De salientar ainda a importância das pastagens pobres ou áreas de vegetação arbustiva baixa que se desenvolve na envolvente das áreas de socacos e possibilita o pastoreio.

4.2.4. Aldeias agro-pastoris do Alto Lima

A aldeia constitui uma unidade onde se desenvolvem vínculos indissolúveis, manifestando-se um elevado sentido de comunidade e entreatada por parte dos seus habitantes. Como afirma Ribeiro (1991) "*a aldeia gera a vizinhança, o rebanho comum guardado à vez pelos donos (vezeira), a disciplina colectiva ou a ajuda por ajuda nos trabalhos agrícolas, ceifas, malhas, conservação de canais de rega, etc. (...)*".

A aldeia serrana até meados do século passado era mais que um aglomeração de casas, era também uma forma de vida social inscrita num modelo onde o comunitarismo era a base de sustentação e sobrevivência das comunidades rurais (Dias, 1993). Estes núcleos de povoamento rural concentrado reuniam um conjunto de construções indispensáveis ao quotidiano e as atividades de sobrevivência das comunidades serranas – fontes, moinhos de água, fornos comunitários, espigueiros – que hoje constituem um património que condensa e materializa toda uma memória coletiva que importa preservar e valorizar.

As aldeias agro-pastoris do Alto Lima, localizadas nas freguesias de Ermida, Britelo e Lindoso, constituem elementos fundamentais da paisagem agro-pastoril da alta montanha minhota. Nesta unidade mais de metade da ocupação do solo corresponde a matos, vegetação arbustiva e pastagens (52,73%), reflexo da tradição agro-pastoril destas comunidades, a qual requer a disponibilidade de pastagens naturais ou semi-naturais em áreas adjacentes ao aglomerado rural. A área agrícola é diminuta (6,07%), sendo constituída principalmente por lameiros associados à rega de lima ou por

pequenas leiras para a cultura de cereais de sequeiro. A evolução do uso do solo entre 1990 e 2007 denota apenas um ligeiro crescimento das áreas improdutivas com escasso coberto vegetal, evidenciando a estagnação da tipologia de atividades produtivas.

Os valores patrimoniais associados a estas aldeias atestam uma contínua ocupação do território ao longo de vários milénios, conforme patenteadado pela Necrópole Megalítica de Britelo. Este é um dos conjuntos mais relevantes na área do Parque Nacional Peneda Gerês. Integrando 37 monumentos funerários rupestres, foi classificado como Sítio de Interesse Público pelo IGESPAR. Implantada nas pequenas chãs da serra Amarela voltadas ao rio Lima, entre os 300 e os 700 m de altitude, apresenta como elemento mais significativo a Anta ou dólmen da Lapa da Moura. Surge na paisagem como um marcador simbólico e milenar. Estes monumentos marcam o início da fixação das populações nas zonas montanhosas e planálticas deste parque nacional, sensivelmente na segunda metade do 5º milénio (neolítico médio-final). De salientar ainda o Penedo do Encanto, que alberga um conjunto de gravuras rupestres da Idade do Bronze, o Castelo e conjunto de espigueiros do Lindoso.

Entre o património religioso é digna de nota igreja de S. Martinho de Britelo. Na esfera da designada arquitectura popular, são assinaláveis, para além das próprias aldeias, os moinhos de Parada. Refira-se, por fim, a persistência de práticas tradicionais, associadas à agro-pastorícia de subsistência, em risco de desaparecimento, que testemunham as especificidades de uma economia comunitária: os baldios, a coletivização de meios de produção (fornos comunitários e boi do povo), a cooperação nos trabalhos agrícolas e pastoris (ceifas, vezeiras e cavadas), a regulação do uso de recursos escassos (água de rega, lameiros) ou os processos de resolução de conflitos (“dar pedras” e talas) (Steward, 1955).

4.2.5. Aldeias agro-pastoris de média montanha

As aldeias agro-pastoris de média montanha selecionadas, Rendufe, Labrujó e Vilar do Monte, diferenciam-se do conjunto dos núcleos rurais de alta montanha por questões de altitude e de ordem climática. A altitude inferior a que se encontram suaviza o comportamento dos elementos climáticos, nomeadamente a temperatura e a precipitação. Este facto permite o desenvolvimento de solos mais profundos, os quais potenciam uma maior relevância da actividade agrícola na economia destas comunidades. No entanto, os matos, a vegetação arbustiva e as pastagens prevalecem em termos de área (45,36%) e evidenciam tendência de expansão, em detrimento da área agrícola que diminuiu entre 1990 e 2007. A proposta deste conjunto de aldeias enquanto área de elevado valor paisagístico, para além dos valores patrimoniais que agregam, prende-se, de igual modo, com o reconhecimento do elevado risco de degradação, o qual resulta, em grande medida, das tendências demográficas e socioeconómicas recessivas, que se traduzem no despovoamento, envelhecimento e abandono agrícola.

Possuem especial valor o bosque caducifólio preservado constituído por diversos tipos de *quercus* e as estruturas de socalcos agropecuários, que suportam uma agricultura tradicional de subsistência. No que concerne ao património imaterial, é peculiar a tradição da reunião anual na Mesa dos Quatro Abades, que remonta ao século XVII. Á volta de uma mesa em granito que se apoia no marco divisório de quatro freguesias do concelho de Ponte de Lima, Calheiros, Cepões, Bárrio e Vilar do Monte, os representantes de cada paróquia sentavam-se para debater e resolver os mais diversos assuntos.

4.2.6. Terras de Geraz

As Terras de Geraz, abrangendo na delimitação proposta as freguesias de Santa Maria e Santa Leocádia de Geraz do Lima, constituem uma área de elevado valor paisagístico pela sua representatividade enquanto paisagem agro-pastoril da média montanha minhota.

Nesta unidade a área agrícola é, nitidamente, o uso do solo predominante (47,44%), embora tenha sofrido uma forte redução (-62,74% relativamente a 1990). O espaço florestal representa cerca de 30% do total. Esta distribuição de usos evidencia uma pastorícia residual, com claro domínio da agricultura, de cariz tradicional, mas deixando já antever sinais de mudança, principalmente relacionados com o crescimento da cultura da vinha. Não podemos descurar ainda os impactos paisagísticos do forte acréscimo da área edificada, que passa de 0,62% para 10,85%, patenteando um claro avanço da urbanização, tendencialmente de carácter disperso. Se esta evolução poderá ser interpretada como um indicador de dinamismo demográfico e económico, coloca também importantes desafios de ordenamento e gestão territorial visando a conservação da qualidade paisagística.

Considerando a sua longa e contínua ocupação, este território alberga elementos patrimoniais de cronologia diversa, destacando-se o Castro do Peso e os vestígios do período da romanização encontrados junto à igreja paroquial, a Casa e Capela da Quinta da Bouça, a Torre do Paço e o Museu de Carros de Cavalos, figurando como monumentos de datação mais recente e, por fim, o património paisagístico associado às estruturas de socalcos agrícolas.

4.2.7. Veiga da Correlhã / Vitorino das Donas

A veiga que se desenvolve através das freguesias da Correlhã, Vitorino das Donas e Seara, na margem esquerda do Rio Lima representa a paisagem agrícola da designada por “Ribeira Lima”. Implementada na planície aluvial do rio Lima, deve a sua excepcional fertilidade aos solos aluviais profundos e ricos em matéria orgânica, favorecendo o claro predomínio do uso agrícola (65%), sobressaindo a importância do milho para forragem, dos produtos hortícolas e da vinha: culturas com uma crescente orientação de mercado, que ultrapassam os objectivos de subsistência. A floresta (23%) marca também esta paisagem, especialmente as galerias ripícolas, de grande valor a nível da biodiversidade.

A evolução da ocupação do solo não denuncia alterações significativas, com a excepção do aumento da área urbanizada em detrimento da área agrícola, fenómeno que se enquadra no modelo global de evolução do vale do Lima.

Destacam-se na modelação desta paisagem as parcelas agrícolas com culturas de regadio (milho), bordejadas pela vinha tradicional em ramada. No que respeita ao património histórico-arqueológico, deveremos mencionar o castro da "Subidade", a elevada densidade das construções de índole religiosa, sendo de referir a Capela de Santo Abdão da Correlhã e o Santuário da Senhora da Boa Morte, bem como o Cruzeiro da Pedrosa. São ainda de mencionar, como exemplares notáveis do património arquitetónico civil, a Quinta do Outeiro, o Paço de Vitorino, o portal do Palácio do Freixo e as casas do Mosteiro, da Torre, da Pousada e da Fonte da Bouça.

4.2.8. Veiga de S. Simão

A veiga de S. Simão, parcialmente integrada na Rede Natura 2000, define-se, similarmemente, pelas características tradicionais da paisagem agrícola da “Ribeira Lima”. Destaca-se a expressão da área agrícola com 60,30%, seguida da área florestal

(23,26%). À semelhança da unidade anterior, verifica-se o avanço da urbanização, em contraponto ao aumento da área florestal. A área agrícola sofre uma pequena redução, cerca de 2,5%, entre 1990 e 2007.

É perentório sublinhar o valor ambiental desta zona húmida, especialmente ao nível da sua riqueza enquanto reserva de avifauna, facto que contribuiu decisivamente para a sua escolha como área de elevado valor paisagístico. Esta zona húmida possui cerca de 450 ha de terrenos alagados e aproximadamente 200 ha de campos e matas dispersas na área envolvente às zonas alagadas. Salientam-se dois biótipos: o caniçal e as sebes e pequenas manchas de vegetação ripícola, que contribuem para uma elevada biodiversidade.

5. O risco de degradação paisagística: uma ameaça ao potencial turístico

A análise da paisagem cultural, enquanto realidade evolutiva e viva, impõe-se de modo ainda mais premente em períodos onde a combinação de forças exógenas e endógenas impulsionam processos de mudança de tal modo céleres e profundos que originam fases de turbulência, na construção de um novo equilíbrio. A viragem para a segunda metade do século XX inaugurou, sensivelmente, um desses períodos de mutação da paisagem da bacia terminal do rio Lima, cujo resultado final desconhecemos ainda. O progressivo despovoamento das freguesias mais rurais, principiando pelas de montanha, associado à sistemática diminuição da população agrícola, processos decorrentes de importantes fluxos migratórios internos e externos, estiveram na origem de uma paisagem rural desprovida da força de trabalho que assegurava a sua contínua renovação.

Os sinais da decadência de uma paisagem que se alicerçava num modelo socioeconómico que praticamente desapareceu, por não ser economicamente viável no

contexto da globalização, manifestam-se de forma evidente. A urbanização difusa, o abandono dos espaços agro-silvo-pastoris tradicionais, a expansão da floresta de produção e os incêndios florestais constituem as grandes forças de mudança da estrutura territorial e de mutação da paisagem da área em estudo nos últimos 20 anos.

O recuo da actividade agrícola favorece o avanço da vegetação arbustiva sobre os terrenos de cultivo. A ruptura dos elos de complementaridade entre a agricultura, a pastorícia e silvicultura propiciou a degradação do espaço florestal, em consequência da perda da ligação quotidiana que as populações possuíam com os matos e as bouças, da ausência de gestão dos combustíveis lenhosos, outrora fundamentais para a produção de adubo e energia, da criação de um vazio que possibilitou a expansão dos povoamentos mono-culturais de pinheiro e eucalipto fomentados pela indústria da celulose. Simultaneamente, assistimos à ocupação hegemónica dos solos aluvionares e coluvionares do rio Lima e principais tributários pela monocultura do milho, destinado quase exclusivamente à ensilagem para alimentação do efectivo bovino. Estes dois processos revelam uma tendência de base: a industrialização da paisagem, com importantes implicações na desregulação do equilíbrio eco-sociológico pré-existente, na perda de diversidade paisagística e biológica, no gradual desaparecimento e/ou descaracterização do património vernacular. Esta nova paisagem agrícola revela-se igualmente uma paisagem de monopólios: é menor o número e a representatividade local dos actores socioeconómicos que contribuem para a sua construção. Por outro lado, são paisagens construídas de fora para dentro, onde as populações locais muitas vezes não têm qualquer poder para intervir na sua evolução. Deste modo, as novas paisagens agrícolas são um produto da globalização e da sua tendência para a estandardização e para o desenraizamento territorial. Paralelamente, verifica-se um processo de descaracterização da paisagem rural característica da “Ribeira Lima”,

especialmente nas freguesias próximas a centralidades médias, como consequência da expansão urbana difusa.

A dimensão produtiva das paisagens culturais não poderá, de modo algum, ser preterida em relação a outros valores, como o ambiental, o patrimonial e o estético. Porém, se admitimos que a transformação da paisagem e das suas lógicas funcionais é inevitável e até desejável, defendemos a necessidade de acompanhar e orientar a transformação das paisagens rurais, recorrendo à aplicação e, se necessário, aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão territorial, de forma a garantir que a implementação de uma nova estratégia de rentabilização dos recursos territoriais não coloque em causa o legado paisagístico herdado.

A paisagem da bacia terminal do rio Lima apresenta-se como um mosaico de coexistência entre os modelos pretéritos e actuais, bem como de registos de transição efémeros. A matriz agro-silvo-pastoril herdada do passado persiste, ainda que diluída, nos seus traços mais vincados: aqueles que reflectem a adaptação multissecular a um contexto biogeográfico específico. Porém, não sabemos quantas décadas nos restam para evitar a perda absoluta desta paisagem cultural. O acentuado envelhecimento da população rural, aproxima-nos rapidamente do desaparecimento da última geração que assegura ainda a continuidade das práticas indispensáveis à sua manutenção.

Impõe-se uma definição colectiva e socialmente participada sobre que paisagem queremos e que funções esperamos que desempenhe. A fruição e consumo turístico da paisagem rural tradicional do Minho colocam, de igual modo, questões sensíveis sobre os valores paisagísticos pretendemos preservar e a que custo, tocando problemáticas como a idealização da ruralidade ou a transformação da paisagem rural em cenário de recreio dos cidadãos.

6. Apontamentos finais

A protecção da paisagem é um objectivo inscrito na Constituição da República Portuguesa (1976), a qual explicita no artigo 66º que “*Incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e por apelo a iniciativas populares (...) ordenar o espaço territorial de forma a construir paisagens biologicamente equilibradas*”. A Lei de Bases para a Política do Ordenamento do Território e Urbanismo contempla, enquanto objectivo específico do ordenamento do território e urbanismo o “*...respeito pelos valores culturais, naturais e paisagísticos*” (alínea a), do número 1, do artigo 6º). Consigna ainda que a meta de “*assegurar a salvaguarda dos valores naturais essenciais, garantindo que [...] as paisagens resultantes da actuação humana, caracterizadas pela diversidade, pela harmonia e pelos sistemas sócio-culturais que suportam, são protegidas e valorizadas*” (alínea c), do número 3, do artigo 6º).

Não obstante a preservação e qualificação da paisagem estar consagrada na legislação fundamental portuguesa, o relatório do PNPOP alerta para “*situações críticas*” que comprometem o “*estado das paisagens*”, destacando, ao nível nacional, “*as que decorrem do abandono da prática agrícola e dos incêndios florestais*”; e no quadro do Noroeste o “*conflito de interesses entre espaços agrícolas, pecuários e urbano-industriais, que se traduz no abandono a que são votados não só os espaços agrícolas e silvícolas como as áreas edificadas obsoletas, dos lugares de emigração às implantações industriais desactivadas*”.

A *Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade*, aprovada no ano de 2001, determinou a constituição da *Rede Fundamental de Conservação da Natureza* (RFCN) e do *Sistema Nacional de Áreas Classificadas*. A RFCN integra a *Rede Nacional de Áreas Protegidas*, compreendendo as áreas protegidas de interesse nacional, regional ou local, designando-se as duas últimas por áreas de paisagem

protegida. Esta confusa, dearticulada e subalterna inserção da protecção da paisagem no quadro da RFCN, comprova a pertinência da observação de Loupa Ramos, et al. (2008, p.6) quando defende que existe ainda um “*caminho a percorrer no sentido de integrar mais eficazmente o conceito de paisagem na concepção e na prática dos instrumentos de gestão territorial*”, demonstrando que “*a paisagem [...] parece ter dificuldade em encontrar um espaço próprio, sendo frequentemente tratada de forma compartimentada*”, sendo reduzida à sua dimensão patrimonial e cénica.

O historicamente vasto, complexo, disperso e, muitas vezes, inoperacional, enquadramento da paisagem nas políticas de ordenamento do território e conservação da natureza, bem como nas figuras de gestão territorial, leva-nos a indagar se necessitamos de novos instrumentos jurídicos para a conservação das paisagens culturais ou apenas de planos de ação para a sua gestão colaborativa?

Defendendo a urgência da gestão activa da paisagem cultural da bacia do rio Lima, recomendamos que esta deverá eleger como objetivos de curto e médio prazo a realização de um diagnóstico situacional das áreas de elevado valor paisagístico selecionadas, a identificação dos Instrumentos de Gestão Territorial nestas vigentes, analisando a forma com as disposições constantes dos seus regulamentos consideram os objetivos de preservação da paisagem; o inventário e caracterização dos elementos patrimoniais de superior relevância paisagística, com necessidade de medidas de preservação a curto-prazo e, por fim, a avaliação dos principais riscos à preservação da paisagem cultural.

Como consideração final, apelamos à reflexão participada sobre uma inquietante questão: *Qual o caminho a percorrer desde o diagnóstico dos processos de mudança e do risco de perda dos valores paisagísticos até ao reconhecimento e empenho coletivo pela sua preservação?*

7. Bibliografia

- AEP/Gabinete de Estudos. (2008). *Turismo de natureza. Estudo de mercado*. Lisboa: Turismo de Portugal. <http://www.aep.org.pt/publicacoes/estudos-de-mercado-aep>
- Azevedo, Carlos de. (1988). *Solares portugueses*, Lisboa.
- Batista, T. P.M., Vila-Viçosa, C., Pinto-Gomes, C., Fernández-pozo, L., Cabezas, J. (2011). Unidades Locais de Paisagem: ensaio aplicado à área Alentejo-Extremadura no âmbito OTALEX II /*Unidades Locales de Paisaje: ensayo aplicado al área Alentejo-Extremadura en el ámbito de OTALEX II*. In Batista, T, Carriço, C. Ceballos F. e Delgado P. (Coord.) OTALEX II - Resultado do Projecto – Resultado del Proyecto”. Cord. Ed. CIMAC e Dir. Gen. Urb. y Orden. Territ. 81-96 s.l.
- Bettencourt, A.M.S.; Alves, A.M.C.; Dinis, A.; Cruz, C.; Pereira, D.I.; Silva, I.S. & Alves, M.I.C. (2003). A reconstituição paleoambiental do Entre Douro e Minho durante o holocénico (III e II milénios AC): um projecto multidisciplinar. *Ciências da Terra* (UNL), Lisboa, nº esp.V, CD-ROM, H19-H22.
- Câmara Municipal de Boticas (s/d) – *Preservação dos hábitos comunitários nas aldeias do* Comissão Europeia. (2000). As políticas estruturais e os territórios da Europa: A Montanha, Comissão Europeia, Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, ISBN 92-828-8980-7, 36 p.
- Concelho de Boticas*, Câmara Municipal de Boticas 168p.
- Cancela D’Abreu, A. (2007). Paisagem e Ordenamento do Território. *Inforgeo* n.º 20/21, p. 73-77.
- Cancela D’Abreu, A.; Pinto-Correira, T.; Oliveira, R. (2004) . *Contributos para a Identificação e Caracterização das Paisagens de Portugal Continental*. Coleção Estudos 10 – DGOTDU, Lisboa.
- Conselho da Europa (2000). *Convention Européenne du Paysage et Rapport explicatif*. T-Land (2000) 6, Estrasburgo.
- Conselho da Europa (2008). *Recomendação do Comité dos Ministros aos Estados membros do Conselho da Europa sobre as Orientações para a implementação da Convenção*. http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/landscape/versionorientation_anglais.pdf
- Cooney, G. (1994). Sacred and secular Neolithic landscapes in Ireland, in Carmichael, D. (org.), *Sacred Sites, Sacred Places*, London, Rutledge.
- Coudé-Gaussen, G. (1978). Confirmation de l’existence d’une glaciation Wurmienne dans les montagnes du Nord-Ouest du Portugal. *Compt. Rend. Somm. Soc. Géol. de France*, 1, p. 34-37.
- Coudé-Gaussen, G. (1979). *Les Serras da Peneda et do Gerês (Minho-Portuga)*. *Formes et formations d’origine froide en milieu granitique*. Thèse Univ. Paris1, Paris, 607 p.
- Coudé-Gaussen, G. (1981). *Les Serras da Peneda et do Gerês. Étude géomorphologique*, Mem. Centro Est. Geogr., Lisboa, 5, 255 p.
- Daugstada, K. Rønningena, K. & Skarb, B. (2006). Agriculture as an upholder of cultural heritage? Conceptualizations and value judgements—A Norwegian perspective in international context. *Journal of Rural Studies* 22 (2006) 67–81
- Dias, A. J. (1993). Aspectos da vida pastoril em Portugal, in: *Estudos de Antropologia*, vol.II, Lisboa, p. 271-315.
- Dias, A. J. (1948). *Vilarinho da Furna, uma aldeia comunitária*, IAC, Porto.
- Downs, P. W.; Gregory, K. J.; Brookes, A. (1991). How integrated is river basin management? *Environmental Management*. Volume 15, Issue 3, pp 299-309. <http://link.springer.com/article/10.1007/BF02393876#>
- European Travel Commission. (2011). *European Tourism Insights 2009-10*. http://www.etc-corporate.org/resources/uploads/ETC_ETI_2009-10_with-cover.pdf
- Fleckeler P. (1999). *Questões fundamentais na geografia da religião, espaço e cultura*, Eduerj, Rio de Janeiro, n.7, jun, p. 7-35.
- Instituto Geográfico Português. (1990). Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental para 2007 – COS1990. <http://www.igeo.pt/produtos/CEGIG/COS.htm>
- Instituto Geográfico Português. (2007). Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental para 2007 - COS2007 <http://www.igeo.pt/produtos/CEGIG/Cos2007.htm>
- Leitão, M. A. L. (2011). *A evolução da paisagem rural do Norte de Portugal. Caso de Estudo: Concelho de baião*, dissertação de mestrado em Arquitectura Paisagista, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, 117p.
- Lima, Adalto Gonçalves de (2005). A bacia hidrográfica como recorte de estudos em geografia humana. *Geografia*. Vol. 14, n. 2. Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências. p. 173-183. <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6692/6037>

- Loupa-Ramos, I.; Saraiva, M. G.(2008). 10 anos de Lei de Bases da *Política do Ordenamento do Território e do Urbanismo!*... e qual o lugar da "paisagem" no ordenamento do território?, [suporte eletrónico]. Disponível: <http://www.adurbem.pt/images/stories/ficheiros/encontro/Ramos.pdf> [consultado a 15 de janeiro de 2013].
- Lourenço, L. (coord). (2006). *Terrisc–Recuperação do património e da paisagem de socacos em lugares das serras do Açor e da Estrela*, Relatório Técnico, NICIF, Universidade de Coimbra, Lousã, 100p.
- Margerum, R. D. (1995). Integrated Environmental Management: Moving from Theory to Practice. *Journal of Environmental Planning and Management*. Vol. 38, Iss. 3. <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09640569512922#.UZD4WsqAZ5t>
- Martins, L. S. (2012). Legado, paisagem e turismo ... pelo Minho na procura de uma dimensão sensorial. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia – Universidade do Porto* III série, vol. I, pp. 7 -31.
- Oliveira, R., Cancela d'Abreu, A., Botelho, M.J., Afonso, M. (2011). *A Paisagem na Revisão dos PDM*. Orientações para a implementação da Convenção Europeia da Paisagem. DGOTDU. Documentos de Orientação 2/2011. ISBN 978-972-8569-53-2.
- Pires, J.M. et al., (1994). *Lameiros de Trás-os-Montes. Perspectivas de futuro para estas pastagens de montanha*. Série Estudos, Escola Superior Agrária. Edição do Instituto Politécnico de Bragança. 96 p.
- PNPOT. (2007). *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território*. Disponível: <http://www.territorioportugal.pt/pnpot/> [consultado a 12 de Outubro de 2013].
- Rebelo, F. (2003). *Riscos Naturais e Acção Antrópica*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Ribeiro, O. (1991). A Vida Rural. In Ribeiro, O. & Lautensach, H., Daveau, S., 1991. *Geografia de Portugal - IV. A Vida Económica e Social*. 1ª Edição. Edições João Sá da Costa. Lisboa.
- Rodrigues, O. (2000). *Utilização do Território e Propriedade Fundiária*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia.
- Sampaio, A. (1979). *Estudos históricos e económicos: As villas do Norte de Portugal*, Vega, Vol I, Lisboa, 197 p.
- Steward, J. H. (1955). *Theory of Culture Change*, University of Illinois Press
- Tangeland, T.; Aas, Ø. (2011). Household composition and the importance of experience attributes of nature based tourism activity products – A Norwegian case study of outdoor recreationists. *Tourism Management* 32 (4) : p. 822–832. Available at [http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261517710001500\[17-04-2012\]](http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261517710001500[17-04-2012])
- Tricart, J. (1977). *Ecodinâmica*. Rio de Janeiro: FIBGE.
- Trindade, M. J. L. (1965). Alguns problemas do pastoreio, em Portugal nos séculos XV e XVI, in *Do tempo e da História*, Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, vol I, p.113-134.
- Turismo de Portugal. (2007). *Plano Estratégico Nacional de Turismo*. Lisboa: Ministério da Economia e da Inovação. <http://www.turismodeportugal.pt>
- Turismo de Portugal. (2008). *Determinação da representatividade das motivações primárias e estádio de satisfação dos turistas em Portugal*. Lisboa: Turismo de Portugal. <http://www.turismodeportugal.pt>
- UNESCO. (1992). *Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention*. Committee for the Protection of the World Cultural and Natural Heritage, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation - UNESCO; Committee for the Protection of the World Cultural and Natural Heritage, (2005 revision). In <http://whc.unesco.org/en/guidelines>.
- UNWTO. (2013). *Tourism Highlights*, 2013 Edition, http://dtxqtq4w60xqpw.cloudfront.net/sites/all/files/pdf/unwto_highlights13_en_lr_0.pdf

Legislação

- Lei n.º 48/98, de 11 de agosto. *Diário da República n.º 184 – I Série-A*. Assembleia da República. Lisboa. [Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo], alterada pela Lei n.º. 54/2007, de 31 de agosto.
- Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro. *Diário da República n.º 170 – I Série*. Assembleia da República. Lisboa. [Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território].
- Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro. *Diário da República n.º 222 – I Série-A*. Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território. Lisboa. [Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial], alterado pelo Decreto-Lei n.º316/2007, de 19 de setembro, na redação atual, e pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro.
- Decreto n.º 4/2005, de 14 de fevereiro. *Diário da República n.º 31 – I Série-A*. Lisboa. [aprova a Convenção Europeia da Paisagem].

Lei n.º 11/87, de 7 de abril. *Diário da República n.º 81 – I Série*. Assembleia da República. Lisboa. [Lei de Bases do Ambiente], alterada pelo Decreto-Lei n.º 224-A/96, de 26 de novembro e pela Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro.

Páginas de Internet

http://www.igespar.pt/media/uploads/consultaspublicas/ER_serramamarela.pdf. Página visitada em 28 de Outubro de 2013

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/73000/>. Página visitada em 28 de Outubro de 2013

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/73642/>

Página visitada em 28 de Outubro de 2013

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/69848/> Página visitada em 28 de Outubro de 2013.

ⁱ Aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, retificado pelas Declarações n.º 80-A, de 7 de setembro e n.º 103-A/2007, de 2 de novembro.

ⁱⁱ Anexo à Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro, que aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), rectificado pelas declarações n.º 80-A, de 7 de Setembro de 2007 e n.º 103-A/2007, de 2 de Novembro de 2007

ⁱⁱⁱ Muitas das construções das aldeias inserem-se no que se denomina a arquitetura vernacular, baseada, fundamentalmente, na repetição de soluções e aprimorada ao longo de sucessivas gerações de artífices, apresentando-se como um reflexo de um tempo mais sustentável em que se sabia como lidar com os poucos recursos de que se dispunha, o que permitia tirar partido dessa aparente desvantagem. Com as tecnologias possíveis e materiais locais, estas construções tornaram-se elementos caracterizadores dos lugares assimilando “*o contexto dos homens e dos sítios*” (RIBEIRO, 2008).